

# Centrão aprova regimento e impõe nova derrota a Covas

Janio de Freitas

## O pacote que embrulha

Embora não seja assim apresentado, por motivos que dispensam explicação, o aumento de impostos pretendido pelo ministro Bresser Pereira foi todo pensado como meio de anular os efeitos, sobre os cofres do governo federal, das medidas tributárias já aprovadas na Sistematização da Constituinte e, segundo as indicações até aqui, a serem confirmadas pelo plenário. Estas medidas transferem para os Estados e municípios, ao que calcula o Ministério da Fazenda, em torno de 25% do arrecadado pelo governo federal em impostos.

A resistência a comprometer-se com maior carga de impostos sobre os salários já tornava o Congresso pouco propenso a aprovar o pacote de Bresser. Com o conhecimento da finalidade primordial deste pacote, pode-se dar por certo que os congressistas-constituintes o rejeitam, tomando-o como recusa de suas decisões pelo ministro e o governo.

Alijadas do noticiário pela hegemonia da reforma do Regimento, todas as conversas importantes sobre o pacote, entre constituintes, estão levando àquela conclusão.

### Resultado inverso

Até pela atitude esperada de um visitante, e tanto mais se é alguém que se conduz pela dispensa de franqueza comum aos políticos, sair de uma audiência com o presidente Sarney defendendo a sucessão presidencial em 88 e acusando o governo de fracasso na administração econômica, como fez Moreira Franco, é mesmo algo de causar indagações espantadas.

Uma razão preliminar havia levado Moreira a pular dos cinco anos de mandato para Sarney, que o fizeram reunir no Rio dezesseis governadores, aos quatro que combatera: tudo o que é ruim para Quéricia é bom para os demais aspirantes à sucessão pelo PMDB e o PFL. A convicção, no caso, é de que a eleição do próximo ano seria inconveniente, mais do que a qualquer outro, àquele que precisaria dispor-se a deixar o governo de São Paulo, algo como a presidência de um país dentro do outro, para a disputa eleitoral cheia de riscos previstos e de possíveis surpresas

imprevisíveis. Foi desta preliminar que Moreira extraiu uma segunda manobra política, desta vez não em cima de Quéricia, mas do presidente Sarney.

Começou ele por fazer publicar que o presidente lhe telefonara, para desculpar-se da viagem ao Rio sem o aviso protocolar (a viagem para cumprimentar o aniversariante Roberto Marinho), e então o convidara para uma conversa no Planalto. Sarney irritou-se ao saber desta versão e fez Moreira voltar ao gabinete, para cobrar-lhe explicações. Como de praxe, os jornalistas foram responsabilizados pela troca do pedido de audiência em convite inexistente. Mas o que importa é que Moreira lá esteve para mencionar, ainda que de passagem na conversa que Sarney manteve gelada, as notícias de retaliação contra o Rio e da reanimação dos esforços presidenciais pelos cinco anos.

A presidência do BNDES em mãos de Márcio Fortes é fundamental para o esquema de Moreira, como cofre que independe das difíceis liberações de verba pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e das condições sempre impostas pelo ministro do Desenvolvimento Urbano. E muitos recados têm levado a Moreira a informação de que o seu auxiliar, ocupando cargo federal, estava a perigo. Moreira foi buscar do presidente as únicas palavras que dele poderia ouvir: ninguém pensa, Deus nos livre, em retaliações, e o mandato deixou de ser assunto da Presidência, sendo-o apenas da Constituinte.

Com isso, Moreira pôde propalar as "garantias do presidente" de que não fará retaliações contra o Rio, por causa da defesa de eleições em 88. E com esta propalação, ao que supõe Moreira, Sarney agora ficou impedido de demitir Márcio Fortes, como pretendia, sob pena de passar por descumpridor da palavra empenhada — e vastamente propalada.

O problema é que há mesmo represálias e o presidente não desistiu dos cinco anos. E mais: aumentou muito sua irritação com Moreira, maior beneficiário das verbas federais. Se a questão for de fidelidade à palavra, Sarney não tem o que temer de Moreira.

Da Sucursal de Brasília

O grupo suprapartidário Centrão inflingiu ontem a terceira derrota consecutiva ao senador Márcio Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte. Por 265 votos a 194 e 4 abstenções, o plenário rejeitou uma proposta do senador que alterava um dos itens do novo regimento interno do Congresso constituinte. Esse novo regimento — cujos pedidos de destaque serão votados em sessão hoje, às 14h30 — foi aprovado ontem depois de um acordo entre as lideranças do PMDB e do Centrão. Covas insistiu que os pedidos de preferência (instrumento regimental que permite a votação de uma proposta antes de outras) tivessem de levar, além da assinatura de 280 constituintes, o voto, em plenário, do mesmo número de parlamentares.



O pedido de preferência foi o grande ponto de discórdia e de negociações entre os dois grupos. O Centrão não aceitava o critério proposto por Covas. Em contrapartida, o senador duvidava do poder de arregimentação do grupo, que teria, se aprovada sua emenda, de reunir 280 constituintes para aprovar a preferência de votação de um artigo e o mesmo quórum para a aprovação de seu mérito (conteúdo).

"Talvez agora ele aprenda que sem organização não se faz nada", disse o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos articuladores do Centrão, ao comemorar a vitória. Na quinta-feira da semana passada, foi aprovada uma proposta de regimento do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), outro articulador do grupo. Covas comandou, naquela sessão, a saída de parte da bancada do PMDB e dos partidos de esquerda do plenário por não concordar com a emenda Cardoso Alves. O Centrão foi vitorioso e Covas foi questionado pela estratégia adotada. Depois da derrota, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, comandou uma nova rodada de negociações, que culminou na redação de um projeto conciliatório.

Por 434 votos a 48 e 2 abstenções, o plenário aprovou o projeto, que

incorpora a maior parte das reivindicações do Centrão. Depois disso, o plenário iniciou a votação da emenda de Covas.

Antes de aprovar a proposta do novo regimento, o plenário rejeitou, por 417 votos a 76 e 1 abstenção, um pedido de preferência do PT para a votação de sua proposta de regimento. Além do PT, o PCB, PC do B e parte do PDT votou contra a proposta conciliatória da Mesa.

Além de exigir a votação nominal da preferência, o PT bombardeou a Mesa com pedidos de esclarecimento e com pequenas interferências — manobras regimentais. Repudiando a tentativa de obstrução da "esquerda", Ulysses interferiu no andamento da sessão e acelerou a votação.



O plenário do Congresso constituinte durante a votação do regimento interno

## Cinco anos tem 200 votos, diz Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA), autor de uma emenda que estipula em cinco anos o mandato do presidente José Sarney, disse ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que sua propos-

ta já tem pelo menos duzentos votos assegurados no plenário do Congresso constituinte. A informação foi prestada ontem pelo ministro, que procurou, ao mesmo tempo, dizer que o presidente José Sarney nada tem a ver com a iniciativa do senador.

**RESERVAS**

Chalés Hotel  
Fazenda  
**VALE DO SOL**  
SERRA NEGRA  
0192-92-3500